

DAKOTA CALÇADOS S/A. SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

CNPJ Nº 07.414.643/0001-20 | NIRE Nº 28300004200 | SIMÃO DIAS - SE.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores Acionistas,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Pela leitura das aludidas peças, poderão V.Sas. certificar-se da situação em que se encontra a empresa. As demonstrações financeiras registram a destinação dos lucros do exercício, no pressuposto de sua aprovação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do art. 176 da Lei 6.404/76.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Simão Dias-SE, 01 de março de 2023.

DIRETORIA

MARCELO HENRIQUE LEHNEN
DIRETOR PRESIDENTE

ERNANI VOLMIR KIEKOW
DIRETOR

ONÓRIO RODRIGUES DA SILVA
DIRETOR ADJUNTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Sociedade tem como objetivo a industrialização, o comércio, a importação e exportação de calçados, partes e seus componentes.

Impactos da Covid-19

A administração vem acompanhando as questões relacionadas à pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem monitorado os possíveis riscos inerentes ao seu negócio, vir a afetar suas atividades.

Esta análise encontra-se atualizada até a presente data, considerando o acompanhamento da situação de disseminação do Covid-19. Entretanto, eventos ou condições futuras poderiam levar a Companhia a rever sua posição e/ou a afetar a continuidade normal das operações em suas unidades.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, nos aspectos materiais. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado "BR GAAP".

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP):

a) Base de Elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Estoques: Os estoques de Produtos Prontos e Produtos em Elaboração foram avaliados por critérios aceitos pela legislação tributária brasileira, sendo que as matérias primas e demais materiais são avaliados pelo custo médio ponderado, apurado mediante controle permanente de movimentação de materiais.

e) Investimentos: Refere-se a investimentos não relevantes, registrado pelo valor de custo de aquisição, e bens não destinados a atividade.

f) Imobilizado/Intangível: Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação e amortização. A depreciação e amortização são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização estão em processo de revisão e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas será contabilizado prospectivamente.

g) Demais Ativos: Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos.

h) Passivo Circulante: O passivo circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais devidos.

i) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos: Os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos estão em processo de formalização de procedimento de "internal evaluation" para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, eventos ou alterações significativas que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

j) Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos monetários devem ser ajustados pelo seu valor presente na data das transações, desde que o efeito líquido tenha impacto relevante nas demonstrações financeiras. O cálculo do ajuste a valor presente deve ser efetuado com base em taxa de juros que reflita o prazo e o risco de cada transação. A Companhia encontra-se ainda em processo de avaliação de efeitos e formalização interna de procedimentos para identificar os possíveis efeitos que os ajustes a valor presente poderão impactar nas demonstrações financeiras.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: A Companhia adotou o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicando as regras do regime de tributação com base no Lucro Real, efetuando pagamento mensal baseado na prerrogativa de suspensão/redução, evidenciado por meio de balançes mensais acumulados. Considerando-se que o segmento fabril da Empresa está amparado no Decreto nº 1.598/77 e na Lei nº 7.959/89, esta beneficia-se do incentivo fiscal SUDENE, apurado com base no lucro da exploração, apurado conforme o método do lucro da exploração.

l) Conversão de Moeda Estrangeira: Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

m) Provisões: Constitui-se uma provisão quando a sociedade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base estimativas dos riscos envolvidos, se possível, de forma calculatória, e quando aplicável, após a oitiva de profissionais específicos alocados a cada caso.

n) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o Regime de Competência.

NOTA 4 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Administração da Companhia realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos Valores de Recuperação dos Ativos: A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seu valor de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para Perdas de Inventário: A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico, para que esta seja considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. Por decisão da Companhia e tendo em vista os valores pouco expressivos de perdas possíveis, não foi constituída provisão em 31/12/2022.

c) Provisão para Desvalorização dos Estoques: A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. Em 31/12/2022 não foi constituída a referida provisão, visto que a Administração não identificou estoques expressivos com valores de venda abaixo do custo registrado.

d) Provisão para Perdas com Inadimplência: As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, deverá ser verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se um percentual especificamente determinado sobre os valores vencidos, considerados como críticos para a Companhia, balanceando-se a Empresa, ainda por ora, nos parâmetros da legislação fiscal. Foram reconhecidas, no exercício, perdas com devedores eventualmente inadimplentes, considerados incobráveis, no montante de R\$ 546.799,75 (em 2021 R\$ 1.274.421,44), considerando os critérios determinados pela legislação fiscal em vigor. A Administração considera tal estimativa suficiente para fazer frente a eventuais perdas.

e) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas: A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais, resultando em perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, possui firme expectativa de desfecho favorável na maior parte dos feitos, o que torna dispensável a necessidade de provisionamentos em 31/12/2022.

NOTA 5 - ESTOQUES

Conta	31.12.2022 em R\$	31.12.2021 em R\$
Produtos Prontos	5.247.304,46	10.247.519,28
Produtos em Elaboração	800.903,85	885.183,45
Matéria-Prima	32.776.177,10	27.890.523,47
Material de Consumo	586.755,03	457.014,45
Material Secundário	241.033,21	214.952,00
Material de Expediente	22.740,55	18.946,80
Material de Matrizaria	83,20	83,20
TOTAIS	39.674.997,40	39.714.222,65

Os estoques foram avaliados conforme descrito na Nota Nº 3 letra "d", e os valores contabilizados não excedem o valor de mercado.

NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR

Circulante	31.12.2022 em R\$	31.12.2021 em R\$
IPI (a)	663.767,25	532.902,72
CSLL (b)	177.182,82	293.629,82
IRPJ (b)	0,00	126.917,52
IRRF s/Aplicações Financeiras Compromissadas (c)	953.813,29	452.575,76
Outros Impostos a Recuperar (d)	138.286,20	138.286,20
TOTAIS	1.933.049,56	1.544.312,02
Não Circulante		
ICMS s/Ativo Imobilizado (e)	129.378,01	42.666,39
TOTAIS	129.378,01	42.666,39

a) Correspondem a créditos de IPI nas aquisições de insumos aplicados na atividade operacional da Empresa.

b) Decorrem dos montantes recolhidos (anticipados), quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

c) Correspondem a valores de IRRF e IOF sobre as aplicações financeiras que se encontram vigentes, porém pela sua modalidade, a retenção efetiva ocorre somente no resgate.

d) Correspondem a valores decorrentes da desoneração da folha de pagamento.

e) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Sociedade registrou ICMS a Recuperar (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao Ativo Imobilizado.

NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS

O saldo da conta Outros Créditos, no Ativo Circulante, está composto de créditos por operações pendentes de liquidação.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

Conta	31.12.2022 em R\$	31.12.2021 em R\$
Ações e Participações	3.295,73	2.922,48
Bens Não Destinados a Atividade – Referente a Imóvel pertencente à empresa.	183.957,51	183.957,51
TOTAIS	187.253,24	186.879,99

NOTA 9 - IMOBILIZADO

Conta	31.12.2022 em R\$		31.12.2021 em R\$		Taxa Depreciação %
	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	
Terras	14.267.396,47	-	14.267.396,47	14.267.396,47	
Prédios	22.675.394,95	(7.259.032,96)	15.416.361,99	16.323.377,91	4
Máquinas e Equipamentos	37.543.353,69	(25.829.415,00)	11.713.938,69	10.835.288,49	10
Móveis e Utensílios	1.686.092,15	(1.029.370,99)	596.721,16	441.927,89	10
Veículos	97.959,58	(97.959,58)	0,00	0,00	20
Instalações	3.900.411,50	(3.473.545,70)	426.865,80	624.716,40	10
Computadores e Periféricos	619.912,05	(453.197,28)	166.714,77	152.315,58	10
Construções em Andamento	25.991.897,09	-	25.991.897,09	23.080.508,78	
TOTAIS	106.782.417,48	(38.200.521,51)	68.581.895,97	65.725.531,52	

NOTA 10 - INTANGÍVEL

Conta	31.12.2022 em R\$		31.12.2021 em R\$		Taxa Amortização %
	Valor Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	
Softwares	165.756,48	(150.226,15)	15.530,33	12.801,75	20
Marcas e Patentes	5.000,00	-	5.000,00	5.000,00	
TOTAIS	170.756,48	(150.226,15)	20.530,33	17.801,75	

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2022 em R\$	31.12.2021 em R\$
ATIVO CIRCULANTE	245.443.094,60	194.567.801,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	102.205.894,90	91.808.125,77
Clientes	97.911.712,40	58.863.726,63
Estoques	39.674.997,40	39.714.222,65
Tributos a Recuperar	1.933.049,56	1.544.312,02
Adiantamentos a Fornecedores	66.685,45	249.532,08
Outros Créditos	2.591.322,60	1.691.305,56
Despesas Antecipadas	1.059.432,29	696.576,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE	72.639.378,73	69.860.303,39
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.849.659,19	3.330.030,13
Clientes Recuperação Judicial	3.682.941,37	3.887.423,74
Depósitos Judiciais	37.379,81	0,00
Tributos a Recuperar	129.378,01	42.666,39
INVESTIMENTOS	187.253,24	186.879,99
Ações e Participações	3.295,73	2.922,48
Bens não Destinados a Atividade	183.957,51	183.957,51
IMOBILIZADO	68.581.895,97	65.725.531,52
Custo Original Corrigido	106.782.417,48	100.385.680,20
(-) Depreciações Acumuladas	(38.200.521,51)	(34.660.148,68)
INTANGÍVEL	20.530,33	17.801,75
Bens Intangíveis	170.756,48	164.226,48
(-) Amortizações Acumuladas	(150.226,15)	(146.424,73)
TOTAL DO ATIVO	318.082.473,33	264.428.104,58
P A S S I V O		
	31.12.2022 em R\$	31.12.2021 em R\$
PASSIVO CIRCULANTE	23.846.436,19	12.784.738,16
Fornecedores	8.389.567,70	5.595.677,82
Obrigações Tributárias	1.357.217,36	775.234,68
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.847.243,30	3.108.232,69
Representantes	1.107.312,74	494.969,92
Credores Diversos	184.267,55	104.929,61
Provisões	151.521,63	120.694,36
Dividendos Estatutários	7.809.305,91	2.584.979,08
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	294.236.037,14	251.643.366,42
Capital Social	216.000.000,00	200.000.000,00
Reservas de Lucros	45.047.113,09	36.059.730,70
Reserva de Incentivos Fiscais	33.188.924,05	15.583.635,72
TOTAL DO PASSIVO	318.082.473,33	264.428.104,58

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

DIRETORIA:

Marcelo Henrique Lehnen
Diretor Presidente

Ernani Volmir Kiekow
Diretor

Onório Rodrigues da Silva
Diretor Adjunto

Maria de Lourdes Arnold Schaab
Técnica em Contabilidade
CRC-RS-030547/O-4 S-SE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

CONTA	Ano 2022 em R\$	Ano 2021 em R\$
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	250.643.886,90	131.750.102,60
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(174.857.674,85)	(101.327.659,56)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	75.786.212,05	30.422.443,04
(-) Despesas Comerciais	(29.232.615,56)	(18.085.753,70)
(-) Despesas Administrativas	(1.285.434,08)	(1.164.320,32)
(-) Despesas Tributárias	(2.953.677,86)	(1.649.492,93)
(-) Outras Despesas Operacionais	(45.841,55)	(8.487,62)
Outras Receitas Operacionais	26.016.143,33	18.320.578,96
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO	68.284.786,33	27.834.967,43
(-) Despesas Financeiras	(3.077.976,10)	(2.624.910,10)
Receitas Financeiras	12.056.223,05	5.147.774,94
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	77.263.033,28	30.357.832,27
(-) Contribuição Social	(4.691.948,65)	(1.576.675,58)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	72.571.084,63	28.781.156,69
(-) Provisão para o Imposto de Renda	(4.754.087,08)	(1.493.207,16)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	67.816.997,55	27.287.949,53
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DE CAPITAL	0,3140	0,1365

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

DIRETORIA:

Marcelo Henrique Lehnen
Diretor Presidente

Ernani Volmir Kiekow
Diretor

Onório Rodrigues da Silva
Diretor Adjunto

Maria de Lourdes Arnold Schaab
Técnica em Contabilidade
CRC-RS-030547/O-4 S-SE

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS

CONTA	Ano 2022 em R\$	Ano 2021 em R\$
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	67.816.997,55	27.287.949,53
(-) Transferência para Reserva de Incentivos Fiscais	(25.204.668,32)	(12.841.300,21)
(-) Reserva de Redução 75% IRPJ	(7.984.257,73)	(2.742.335,51)
(-) PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO:		
(-) Reserva Legal	(3.390.849,88)	(1.364.397,48)
(-) Dividendos Estatutários	(7.809.305,91)	(2.584.979,08)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(23.427.917,71)	(7.754.937,25)
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
DIVIDENDOS POR AÇÃO DE CAPITAL	0,0362	0,0130

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

DIRETORIA:

Marcelo Henrique Lehnen
Diretor Presidente

Ernani Volmir Kiekow
Diretor

Onório Rodrigues da Silva
Diretor Adjunto

Maria de Lourdes Arnold Schaab
Técnica em Contabilidade
CRC-RS-030547/O-4 S-SE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

DESCRIÇÃO	Ano 2022 em R\$	Ano 2021 em R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	67.816.997,55	27.287.949,53
AJUSTES:		
Depreciação e Amortização	3.810.197,4	

DAKOTA CALÇADOS S/A. SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

CNPJ Nº 07.414.643/0001-20 | NIRE Nº 28300004200 | SIMÃO DIAS - SE.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

- Entendimento e teste de controles internos que abrangem a estimativa do prazo médio de entrega por região geográfica no Brasil, bem como a identificação das vendas não entregues e que, consequentemente, não cumprem os critérios para reconhecimento;

- Teste documental de amostra de notas fiscais, a fim de corroborar a adequação do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre (RS), 01 de março de 2023.

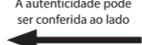
LETICIA PIERETTI
Contadora CRC/RS 60.576
CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/RS 2-209-T-SP/FRS

Member of



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 28/03/2023



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal da Cidade. Acesse também através do link: <http://jornaldacidade.net/publicacoes-legais>

